

CAMPUS

INCLUSÃO

GAGUEIRA

Pessoas com destúrbio na fala criam grupos e buscam espaço para socialização

EDUCAÇÃO

ADULTOS NA GRADUAÇÃO

Cresce o número de estudantes com mais de 40 anos na Universidade de Brasília

CONSUMIDOR

PLANOS DE SAÚDE

Distrito Federal é uma das unidades federativas com maior número de reclamações

THAÍSA OLIVEIRA



O ABANDONO DA CASA DOS AVÓS DE DILMA

Prefeitura de Uberaba desistiu de desapropriar o imóvel, que não interessa a compradores nem herdeiros

CARTA DA EDITORA

Yasmim Perna
Editora-chefe

Enfim, a última edição. Inclusão foi a palavra de ordem no semestre. Nesta edição do **Campus**, trouxemos novos grupos que buscam espaço e voz. Em breve retrospectiva, nas três edições anteriores nós falamos sobre minorias, homofobia, sexismo na escola, discriminação com estudantes especiais, comunidades indígenas e o espaço da mulher nas academias militares.

Na edição 429 do **Campus**, a atual, trouxemos pessoas com gagueira que começam a se articular e promover espaço para socialização e comunicação.

A área da saúde teve atenção especial. O Distrito Federal é uma das unidades federativas campeãs em reclamações contra planos de saúde. A reportagem detalha a realidade de pessoas que pagam por um serviço, mas encontram difi-

culdades na hora de usufruir. A página seguinte retrata um problema preocupante: jovens que sofreram AVC, contrariando as expectativas.

A reportagem da página 4 traz a realidade do HUB, que suspendeu o acompanhamento pedagógico de crianças internadas que lutam para não perder o ano letivo. Já a reportagem da página 3 que também fala de crianças, traz o triste retrato daquelas que precisam interromper a brincadeira para trabalhar e ajudar no sustento da casa.

Falamos ainda de cultura com a dança de origem africana, o Jongo, e inclusão de adultos que ingressaram na segunda graduação. Como as universidades recebem esses alunos? O convívio em sala de aula entre jovens e adultos pode ser desafiador para alguns.

OMBUDSKVINNA*

Amanda Venício

Embora os erros de revisão tenham diminuído, a terceira edição do **Campus** apresentou uma queda de qualidade em termos de conteúdo. Em “Excesso de bem fazer mal”, a repórter traz uma descrição bem apurada sobre o que é a ortorexia, além de um personagem que ilustra o transtorno de forma consistente. No entanto, a matéria afirma que a ortorexia é “considerada o comportamento alimentar da atualidade”. Por quem? O texto não traz informações, como dados numéricos ou opinião de especialistas, que comprovem que se trata de uma epidemia moderna.

O mesmo ocorre na reportagem “Surdos ganham espaço”, que fala sobre como interpretes estão “mais requisitados do que nunca”. Porém, apesar de alguns projetos que incluem a categoria, os personagens entrevistados criticam a forma como são incluídos e a falta de divulgação. Ou seja, embora o título e o subtítulo vendam uma inclusividade positiva, o conteúdo da matéria o contradiz.

Cuidado com expressões genéricas: “muitas pessoas”, “muitos alunos”. Quantos? Usar esse tipo de intensificador

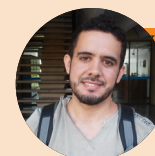
não informa. Apesar da apuração competente, “Gastronomia consciente” se refere a um dos restaurantes perfilados de forma errônea: o nome do estabelecimento é “Duoo”, e não “Duo”.

Em “O método De Rose”, a matéria, que poderia ter formato de denúncia, mostra algumas críticas de uma fonte anônima e outra que não se identificou. Embora os comentários cheguem a evocar características de um culto, como a hierarquia e a imersão entre vida pessoal e a participação no grupo, faltou isso ficar claro na matéria. A opinião de um especialista que pudesse explicar quais são as características de um culto e como elas aparecem no método De Rose poderia ter tornado a reportagem mais esclarecedora. Como ficou, o leitor não entende se essas características podem ser alarmantes ou se são apenas peculiaridades de um grupo. O perfil de De Rose, também publicado no suplemento, se baseou em livro escrito pelo instrutor. O texto seria mais interessante se a repórter tivesse ouvido pessoas conhecidas de De Rose ou o próprio iogue.

*Feminino de ombudsman, termo que significa “provedor de justiça”, a ombudskvinna discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.

NA FILA

Nas filas da Universidade de Brasília, perguntamos a opinião de estudantes sobre as alterações aprovadas na comissão especial da Câmara que flexibilizam o Estatuto do Desarmamento e facilitam o acesso às armas.



Alex Siqueira
Geofísica

“Mudar o desarmamento não vai aumentar ou diminuir a criminalidade. Então, como não vai mudar nada, eu sou a favor.”

Clara Dias
Psicologia



“Armar cidadãos comuns que não sabem operar uma arma não resolve o problema de segurança pública. Acho que a legislação atual já contempla quem precisa”



Sabrina Escócio
História

“Já é fácil você conseguir uma arma hoje, quando isso estiver legalizado, mais crimes acontecerão por impulso”

Rodrigo César
Geologia



“Acho essa mudança muito negativa. Não faz sentido combater violência com arma de fogo. É um discurso de ódio.”

MEMÓRIA

Na edição 70 do ano 1985, o **Campus** colocou em pauta o trabalho infantil. A matéria “Os marginais da economia”, assinada por Dércio Rodrigues, continua atual mesmo após 30 anos. O retrato de um país em crise e crianças que trabalham para auxiliar nas despesas de casa ainda se repete. Naquele ano, Rodrigues mostrou crianças que trabalhavam nos terminais rodoviários de Taguatinga como vendedores

1985

ambulantes de doces e ajudavam com a compra do pão, do leite e dos materiais escolares. Nesta edição, nosso olhar se ateve a denúncias de trabalho com menores. Conversamos com crianças que se dedicam ao lixão, catando lixo, e nos estacionamentos da cidade, como lavadores de carro. O Brasil tem como meta erradicar o trabalho infantil até 2016. Mas no Distrito Federal esse problema persiste e merece atenção.

Os marginais da economia

Nos bilhinhos, o retrato da miséria

“Os bilhinhos de Brasília são doentes de raiva e não se pode curá-los”, diz o texto. O bilhinho é o cartão de identificação dos moradores de rua, que são obrigados a usar para conseguir serviços básicos. O texto descreve a situação de miséria e a falta de acesso a serviços básicos, como água e saneamento. O texto também menciona a violência contra os moradores de rua e a falta de proteção policial.

Suplementação

Alguns estudantes chegaram a dizer que o bilhinho é um cartão de identificação dos moradores de rua, que são obrigados a usar para conseguir serviços básicos. O texto descreve a situação de miséria e a falta de acesso a serviços básicos, como água e saneamento. O texto também menciona a violência contra os moradores de rua e a falta de proteção policial.

Revisão

Um dos erros mais graves da revisão foi a alteração do texto de modo que o bilhinho não fosse mais um cartão de identificação dos moradores de rua, mas sim um cartão de identificação dos moradores de rua que não tinham acesso a serviços básicos. O texto também menciona a violência contra os moradores de rua e a falta de proteção policial.

EXPEDIENTE

Editora-chefe: Yasmim Perna
Editores: Alana Martinez, Ana Carolina Bardini, Ana Gabriela Braz, Felipe Sousa Alves, Luana Pereira, Raphaela Caixeta, Tássia Saraiva
Repórteres: Ana Carolina Fonseca, Anna Caroline Magalhães, Beatriz Queiroz, Carina

Ávila, Loyane Alves, Maria Letícia Melo, Mayna Ruggiero, Rafaella Panceri, Renan Xavier, Tatiana Vaz, Thaísa Oliveira
Fotógrafas: Ludimila Mamedes e Isabelle Marie
Projeto Gráfico: Amanda Venício, Anna Luiza Félix, Bárbara Cruz, Bianca Marinho, Luiza Antonelli, Maria

Paula Abreu, Matheus Bastos, Wenderson Oliveira, Raphaela Caixeta e Renan Xavier
Monitoras: Maria Paula Abreu e Mariana Lozzi
Professor: Solano Nascimento
Jornalista: José Luiz Silva
Gráfica: Coronário

**Jornal-laboratório da
Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília**

SOCIEDADE

INFÂNCIA PERDIDA

O Brasil tem como meta eliminar o trabalho infantil até 2016, porém 3,3 milhões de crianças ainda estão nessa situação

LOYANE ALVES

Pés descalços, asfalto quente, debaixo do sol forte da seca de Brasília. No estacionamento da Feira dos Importados, eles guiam os carros até as vagas e, assim que desce o motorista, fazem a seguinte pergunta: “Quer lavar hoje, tio? Aproveita que tá barata a lavagem”. O moço aceita, e eles comemoram. É esta a rotina dos meninos de 8 e 11 anos que trabalham para ajudar a família, assim como vários outros espalhados pela cidade.

No estacionamento, os quatro primos disputam carros para lavarem e dividem o trabalho com tios e às vezes com os pais. Segundo eles, no final do ano as contas em casa apertam, e a única opção é aumentar o trabalho para conseguir suprir as necessidades “Chega o final de ano e a gente tem que trabalhar mais pra comprar roupa pra mim e pros meus irmãos”, diz um menino, enquanto lava um carro com ajuda do seu primo mais novo. O tio dos meninos diz que os leva principalmente nos finais de semana por não ter onde deixá-los: “Prefiro que eles me ajudem a lavar os carros aqui, porque sei que não estão fazendo nada de errado, nem estão sozinhos em casa.”

De acordo com a legislação brasileira, é proibido trabalhar antes dos 16 anos, a não ser que seja sob a condição de aprendiz (trabalho permitido apenas para quem estiver frequentando alguma instituição de ensino), a partir dos 14 anos. Ocupações perigosas e no período noturno são permitidas somente a partir dos 18 anos. Segundo o secretário-geral de Associação de Apoio à Criança em Risco (Acer Brasil), Jonathan Hannay, o trabalho infantil afeta o desenvolvimento psicológico, especialmente em relação às formas de se relacionar e à capacidade de aprendizagem. Essa condição na qual as crianças são expostas torna-se comum e aceita socialmente. “O impacto maior de todo trabalho infantil está relacionado à inversão na dinâmica familiar. A criança se torna responsável por uma parte significativa da

renda familiar, ou seja a criança transforma-se, de certa maneira, em chefe de família”, esclarece o secretário.

Segundo a cartilha sobre trabalho infantil do Tribunal Superior do Trabalho (TST), crianças e adolescentes têm o direito ao não-trabalho. Em primeiro lugar, deve ser assegurada a eles uma infância feliz, lúdica, e a participação em brincadeiras próprias da idade. Segundo o Tribunal, o trabalho precoce alimenta um ciclo vicioso de miséria e destroi sonhos.

O Brasil tem como meta eliminar até 2016 as piores formas de trabalho

forem adotadas e as políticas públicas forem mais efetivas”, diz Isa Oliveira.

A segunda meta é ainda mais difícil de ser cumprida pois, ainda segundo os números do PNAD, a exploração do trabalho infantil no Brasil aumentou 4,5% de 2013 para 2014. O país tem mais de 3 milhões de crianças em situação de trabalho. Dessas, 1,5 milhão de crianças e adolescentes trabalhando são da faixa etária de 5 a 13 anos, na qual houve o maior crescimento. Desse, 61 mil de 5 a 9 anos e 446 mil de 10 a 13 anos. Apesar de programas de

LOYANE ALVES



Crianças lavam cerca de 15 carros por dia para complementar renda familiar. Com a chegada do fim do ano, esse trabalho é intensificado

infantil, que são trabalhos braçais, prostituição, tráfico de drogas e exposição a materiais tóxicos, como em lixões. E eliminar até 2020 todo tipo de trabalho infantil. Mas Isa Oliveira, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, afirma que o país está longe de ter essa meta alcançada. Através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conclui-se que o Brasil não cumprirá a meta de 2016, pois os números têm se mantido iguais ou maiores. “Essa meta só poderá ser alcançada se novas iniciativas

auxílio do governo, esse número continua alto, e com a crise que assombra o país é possível que ele cresça mais. A taxa de desemprego teve um aumento significativo no ano de 2015, segundo levantamento do Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego realizado todo ano pela Secretaria de Trabalho do Distrito Federal. Em regiões de renda intermediária e renda mais baixa, o desemprego subiu respectivamente, em relação a 2015, de 11,5% para 11,9% e de 17,2% para 17,7%.

A prática de colocar crianças para trabalhar concentra-se em maior número nas periferias, e a maioria dos

casos são incentivados pela própria família para ajudar a completar a renda, ou até mesmo ser única fonte de renda da casa, de acordo com Isa Oliveira. No lixão da Estrutural, apesar da placa “Proibida a entrada de crianças e adolescentes” e do trabalho insistente do conselho tutelar, observa-se crianças passeando livremente e trabalhando. Conselheiros tutelares da Estrutural afirmam que apesar de estarem sempre notificando as famílias e as crianças é difícil assegurar que elas não voltem. “A maioria dos menores de idade que estão lá são adolescentes na faixa de 12 a 14 anos que já têm famílias e precisam sustentá-las, mas programas do governo não atendem a essa faixa etária, além disso eles não frequentam escolas e, mesmo notificados, voltam”.

Segundo o vigia do local, que pediu para não ser identificado, nas férias ou em greve de escolas o número de crianças trabalhando aumenta “É difícil controlar, pois elas entram escondidas com os pais e não podemos tirá-las à força”. Mas os conselheiros também elogiam a iniciativa do GDF com o programa Jovem Candango, que tem tido um bom resultado retirando adolescentes de condições insalubres. Já as crianças de 8 anos que ajudam e acompanham os pais no lixão, segundo os conselheiros, são realizados trabalhos com as famílias, e elas dificilmente retornam, pois são levadas para creches.

A entidade Coletivo da Cidade, que fica localizada na Estrutural, é um espaço para convivência comunitária e atua com o atendimento de crianças e adolescentes no contra-turno escolar, oferecendo alternativas artísticas e educativas. Atualmente a ONG atende a 200 crianças e adolescentes, e muitos deles estavam em situação de vulnerabilidade. As crianças que chegam até a entidade são encaminhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). As denúncias devem ser feitas pelos Disque 100, da Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cisdeca). ♦

SAÚDE

SEM APOIO ESCOLAR

HUB completa um ano sem profissionais especializados em pedagogia hospitalar, deixando crianças e adolescentes distantes dos estudos

CARINA ÁVILA

Todas as crianças e todos os adolescentes têm direito à educação, independentemente da situação em que se encontrem, como estabelece o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A pedagogia hospitalar busca garantir esse direito a jovens hospitalizados para que eles possam continuar o processo educativo fora da sala de aula e não sejam prejudicados na escola após receberem alta. Apesar disso, a suspensão do serviço de pedagogia na ala pediátrica do Hospital Universitário de Brasília (HUB) está completando um ano.

Silvana Sousa trabalhou como pedagoga no HUB por três anos (2011 a 2014) e lembra que o serviço foi interrompido depois que a gestão do hospital foi transferida para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A Ebserh assumiu a administração do hospital e de outras 36 instituições de saúde ligadas a universidades federais em 17 de janeiro de 2013. No ano passado, a empresa substituiu os funcionários contratados pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço (Sicap) – antigo gestor – por servidores aprovados em concurso público. “O problema é que não foram abertas vagas no concurso para pedagogos, e fomos todos demitidos”, protesta Sousa.

O presidente da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal e professor do curso de Medicina da Universidade de Brasília, Luiz Claudio Castro, defende a importância de profissionais da educação preparados para acompanhar crianças que ficam internadas por longos prazos. “Muitos hospitais acabam cortando recursos e não dão prioridade à educação. Porém, cortar programas educativos é uma escolha inadequada”, pontua.

Segundo o pediatra, a pedagogia dentro dos hospitais traz um ganho muito grande para as crianças e adolescentes, pois impede que eles tenham defasagens de conhecimento, percam muito conteúdo escolar e fiquem para

trás em relação aos outros colegas. “A criança já está longe de casa, da família, dos amigos, dos irmãos, de tudo. É extremamente importante que ela receba um suporte, tenha um acompanhamento”, ressalta. Dessa forma, os jovens continuam vinculados à escola e são atendidos por profissionais que têm a “linguagem de professor”.

Para Sousa, não apenas o desenvolvimento intelectual da criança é trabalhado na pedagogia hospitalar, mas também o afetivo e social. Além disso, o trabalho proporciona uma interação entre a equipe pedagógica, o paciente, a família e a equipe médica como um todo, com a finalidade de contribuir para o bem-estar e a recuperação do jovem hospitalizado. “Nosso trabalho não é só conteudista. Queremos realizar o desenvolvimento completo da criança. O primeiro passo é ajudá-la a se adaptar ao espaço, fazer com que ela se sinta acolhida”, enfatiza. Também é essencial ter em mente que, embora o paciente esteja fora do seu contexto natural, ele não deixou de ter necessidades e anseios próprios da infância.

“Muitos hospitais acabam cortando recursos e não dão prioridade à educação. Porém, cortar programas educativos é uma escolha inadequada”

A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília é uma das únicas do Brasil que oferecem disciplinas de pedagogia hospitalar durante a graduação – ainda assim, o hospital da universidade parou de oferecer o serviço. Rafael Moreira é tutor da matéria Classe Hospitalar, do curso de pedagogia da Universidade Aberta do Brasil/UnB e trabalhou

ISABELLE MARIE



Profissionais foram demitidos do HUB no ano passado, e concursos com novas vagas para pedagogos não foram realizados.

no HUB em 2009. “Há todo um contexto social, motivacional, sociológico no trabalho do professor hospitalar. O atendimento pedagógico faz com que o paciente não se sinta apenas um sujeito ligado ao número de prontuário, mas que ele tenha o prazer em aprender mesmo estando em situação especial”, reforça.

No Distrito Federal, professores da Secretaria de Educação são cedidos para trabalhar no Hospital Regional de Taguatinga (HRT), no Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB) e no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN).

A assessoria de comunicação do HUB disse ao **Campus** que o serviço foi interrompido devido ao período de regularização do quadro de pessoal do hospital, com o desligamento dos contratos precarizados e a admissão de funcionários concursados. “O atendimento em pedagogia hospitalar será retomado nos próximos meses, com a contratação de mais um profissional de pedagogia”, informou a assessoria, por email.

O estudante de Brasília Vitor Ponte, 15 anos, passou um mês internado no Instituto de Tratamento do Câncer Infantil (Itaci), em São Paulo, no ano passado, devido a um mieloma múltiplo que o obrigou a fazer um transplante de medula. Durante os dias em que esteve lá, foi acompanhado de perto por uma pedagoga do instituto. “A professora ia visitando todo mundo nos quartos. Quando fui internado, ela me perguntou em que ano do colégio eu estava, para ter uma referência da escola e saber que tipo de atividades realizaria comigo”, relembra.

Vitor conta que, além de conteúdo escolar, a professora também dava a ele livros para ler e quadros para pintar. “Era ótimo, porque eu não ficava parado. Às vezes, ela passava no meu quarto apenas para deixar materiais que me entretessem”, relata. De acordo com o garoto, depois que ele saiu do Itaci e passou um período internado no Instituto da Criança (ICr) – também em São Paulo – sentiu muita falta de uma pedagoga que o visitasse, já que o ICr não tem o serviço. “Eu ficava sem nada para fazer”. ♦

INCLUSÃO

EM BUSCA DE VOZ

Pessoas com gagueira formam grupos de socialização na internet e criam espaço de comunicação

MARIA LETICIA DE MELO

Depois de passar por acompanhamento fonoaudiológico e tratamento psicológico durante a adolescência, não melhorar da gagueira que tem desde a infância e abandonar dois cursos de graduação devido ao distúrbio na fala, Jorge Luiz Ferreira Júnior Hohnmann, fluminense de 33 anos, começou a postar vídeos na internet voltados para as pessoas que gaguejam. A iniciativa começou há três meses, depois que Hohnmann gravou um vídeo de apresentação para os colegas do grupo É proibido não falar, do aplicativo Whatsapp. Os comentários positivos e os pedidos para que o assistente social postasse mais o levaram a criar um canal no Youtube no qual publica vídeos semanais com mensagens de incentivo, informações e dicas para as pessoas que possuem a desordem na fala. “O meu intuito é trazer algo novo”, declara Hohnmann.

Segundo a Associação Brasileira de Gagueira (Abra Gagueira), no Brasil existem quase 2 milhões de pessoas que têm algum grau de gagueira. Como Hohnmann, outras pessoas que gaguejam estão encontrando na internet meios para se expressarem, discutirem e se organizarem.

O grupo É proibido não falar, que conta com 61 membros de diferentes

estados do país e um estrangeiro, foi criado por Renan Costa da Silva, mineiro de 22 anos, que queria conhecer outras pessoas que apresentam o distúrbio e promover a troca de experiências, exercícios fonoaudiológicos, de respiração e de controle da ansiedade. Durante as conversas do grupo há uma regra: todas as mensagens devem ser enviadas como áudios. Segundo Silva, o princípio foi estipulado com o propósito de fornecer um espaço mais confortável para se expressarem pela fala.

Para ele, a falta de informação, o preconceito e a recorrente vinculação da gagueira com conteúdos cômicos nos meios de comunicação são fatores que fazem com que as pessoas que sofrem dessa dificuldade na fala se caleem na sociedade. “Gagueira é um tema delicado. As pessoas acham que se trata de um problema de ansiedade, medo e até vergonha. Mas, na verdade, é um distúrbio da fala e é preciso que tenhamos espaços em que possamos discutir o tema. Nas novelas, quando há um personagem gago, ele é motivo de piada e isso ajuda a espalhar o estereótipo de que todo gago é o bobo da corte. “Para não serem vistos como motivo de vergonha, as pessoas que gaguejam ainda têm receio de sair do armário”, defende ele. “O que falta é

ARQUIVO PESSOAL



O cineasta Daniel de Melo Barbosa pretende entrevistar gagos de todo o país para produzir o primeiro documentário brasileiro sobre gagueira, *A Voz do Gago*

nossas ideias saírem do on-line para o papel, a política e para a sociedade”.

O grupo criado por Silva, no entanto, não é o primeiro e nem o único formado para que pessoas que gaguejam possam interagir e expressar suas dúvidas, dificuldades e demandas. Verusca Lino, 35 anos, natural da Bahia e residente em Cuiabá (MT), criou o grupo Discutindo a Gagueira em maio do ano passado no Facebook. Em seguida criou, no aplicativo Whatsapp o Superando a Gagueira, para tornar as discussões do primeiro mais dinâmicas. O grupo é o maior sobre o tema na rede social e conta com 2.458 membros. No Whatsapp são 77 integrantes, incluindo fonoaudiólogos, familiares e amigos de pessoas que gaguejam. “É importante conversarmos com pessoas com as mesmas dificuldades”, explica Lino.

A blogueira paulista Mirella Massonetto, de 26 anos, também decidiu, em 2013, abrir o jogo sobre o transtorno que apresenta na fala em vídeo publicado em um site na internet, após ser convidada por outra blogueira a contar sua história de superação das dificuldades impostas pela gagueira. Com quase 6 mil visualizações, Massonetto recebeu mais de 60 comentários no vídeo, em sua maioria de pessoas que sofrem com a desordem, e foi procurada por pessoas de vários estados e do exterior. “O mais legal é que as pessoas nos comentários começaram a interagir e a trocar experiências umas com as outras. Achei incrível, porque nós temos que nos unir, já que somos raros, e porque o preconceito está muito na ignorância sobre o assunto”, afirma Massonetto. “Faltam políticas públicas, e o gago acaba escondido ou marginalizado.”

Com o intuito de promover o protagonismo das pessoas que gaguejam na discussão sobre o transtorno, Daniel de Melo Barbosa, cineasta carioca de 41 anos, quer produzir *A voz do Gago*, primeiro documentário brasileiro sobre a gagueira. No longa-metragem, ainda em fase de projeto,

ele pretende mostrar depoimentos de pessoas que gaguejam, familiares, companheiros de trabalho e amigos, além de trazer entrevistas com fonoaudiólogos e psicólogos para abordar a parte científica, as consequências do distúrbio e o tratamento.

“Comecei a fazer pesquisas sobre o tema e a perceber que nos programas de televisão quem fala sobre o transtorno são fonoaudiólogos e não as pessoas que gaguejam, mas que nas redes sociais as pessoas se ajudam e compartilham relatos de superação. Compreendi que a melhor pessoa para falar sobre gagueira é o próprio gago, já que é ele quem sabe as angústias, os problemas, as frustrações e as dificuldades vivenciadas devido ao transtorno”, conta Barbosa.

Ele é o atual presidente da Abra Gagueira, organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004 por um grupo de cinco pessoas, entre fonoaudiólogos e as que gaguejam. A instituição atua na difusão de informações sobre a gagueira e promove a interação entre as pessoas que possuem o distúrbio por meio de grupos de apoio espalhados em diversos estados do país, coordenados por pessoas que têm a desordem.

“A maior demanda que percebo no contato com outras pessoas que gaguejam é o tratamento. Não há tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Poucos fonoaudiólogos são especializados em gagueira, e os que atendem sem terem conhecimento acabam prejudicando os pacientes. Alguns cursos de fonoaudiologia oferecem apenas uma aula sobre gagueira, e não há nenhuma lei voltada para pessoas que gaguejam”, analisa o cineasta. “Falta as pessoas entenderem que a gagueira não é algo engraçado, mas precisa de tratamento. Nós não somos melhores nem piores que ninguém, somos apenas diferentes.”

Os interessados em ajudar na realização do documentário podem contribuir pelo site www.avozdogago.com.br. ♦

POLÊMICA

A CASA DA

A residência onde viveram os avós e a mãe de Dilma Rousseff tumultua proprietários, a construção sem inquilinos perde

THAÍSA OLIVEIRA
ENVIADA A UBERABA (MG)

Em novembro de 2013, quando os índices de aprovação de Dilma Rousseff batiam os 41% e ela se preparava para uma campanha à reeleição da qual sairia vitoriosa, a prefeitura municipal de Uberaba (MG) decretou a desapropriação e o tombamento de uma casa de três quartos construída pelos avós maternos da presidente no bairro São Benedito. Segundo a prefeitura, o imóvel abrigaria um memorial a ex-presidentes. A iniciativa foi saudada na página oficial de Dilma no Facebook, mas os comentários que se seguiram ao post já davam o tom da briga que o governo do município mineiro acabara de comprar. “Desperdício de dinheiro público”, contestava um deles. Hoje, quando a presidente amarga a maior taxa de reprovação de um mandatário desde a redemocratização e se esforça para evitar um impeachment, a casa deixou de interessar à prefeitura, não tem compradores em vista e parece não mobilizar nem os familiares da presidente que figuram como herdeiros do imóvel.

De acordo com informações da historiadora Luciana Maluf Vilela in-

cluídas no dossiê de tombamento da casa, o avô materno de Dilma, Odilon Silva, e a mulher, a costureira de vestidos de noivas Anna Coimbra, foram para o então povoado de Uberaba trabalhar em uma fazenda de parentes com criação de gado – principal atividade econômica da região à época. Dedicado ao comércio dos animais, em pouco tempo Silva comprou um terreno de dez metros de fachada por 30 de fundo a quatro contos de réis – valor que lhe dava direito a explorar ainda um poço d’água da propriedade – em uma das melhores localizações do vilarejo: à direita da praça central, perto da igreja e na mesma rua do cartório, da selaria e do hotel do povoamento. O pecuarista construiu, então, a casa de tijolos e madeira, coberta por telhas francesas, assoalhada e ladrilhada, com alpendre, três quartos, sala de jantar, copa, cozinha, banheiro e área de serviço. De acordo com o que a assessoria do Palácio do Planalto escreveu no Facebook, a casa abrigou a família da presidente de 1938 a 1951.

Segundo a descrição feita por Ricardo Amaral no livro *A vida quer é*

coragem, biografia autorizada de Dilma, foi em Uberaba que os pais da presidente, Dilma Jane Silva e Pedro Rousseff, se conheceram no começo de 1945. Pedro Rousseff teria ido à região para uma feira de gado a convite de um amigo quando conheceu a professora primária 26 anos mais nova. Segundo a publicação, “foi mesmo um custo aceitarem que Pedro se casasse com Dilma, mas eles conseguiram e foram viver em Belo Horizonte, onde ele trabalhou inicialmente como empreiteiro de pequenas obras na cidade em expansão”. A historiadora Vilela resgata que “Dilma Rousseff, até os avós se mudarem para Belo Horizonte, vinha à casa, juntamente com sua mãe, em visitas aos pais”.

Interessada na “memória e valor histórico” do imóvel, a prefeitura de Uberaba comunicou o pedido de desapropriação em novembro de 2013. À frente do processo estava o prefeito Paulo Piau (PMDB), que no ano seguinte seria o coordenador regional da campanha de reeleição da petista. A ideia anunciada pelo prefeito era homenagear todos os ex-presidentes que, desde Getúlio Vargas, haviam passado pela cidade. Mas nos quase dois anos que separaram o comunicado da possibilidade concreta de desapropriação, houve uma transformação grande no cenário político nacional, e Dilma saiu de uma vitória apertada na eleição para a maior crise enfrentada por um presidente do país neste século. Quando a Justiça finalmente concedeu ao município a posse do bem, em julho deste ano, sob o pagamento de R\$ 270 mil aos herdeiros – lista que inclui a mãe e outros sete familiares da presidente –, a prefeitura desistiu da ideia do memorial e propôs a transformação da propriedade em uma escola de artes para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Segundo a administração da cidade, por conta da localização central, a escola “atenderia a demanda da comunidade em relação



A ideia inicial da prefeitura de Uberaba era homenagear todos os ex-presidentes pela cidade, mas, sob pressão de moradores, a ideia foi desistida.

a transporte público e o terreno, sendo grande, contemplaria um projeto maior”.

CRÍTICA POPULAR

Enfurecidos com a proposta da prefeitura, cerca de 140 moradores foram em agosto à porta da casa protestar contra a compra do imóvel. Sanívia Avelar, uma das organizadoras em Uberaba do movimento NasRuas – grupo nacional que pede o impeachment da presidente e tem, entre os feitos principais, a responsabilidade de carregar a boneca inflável de Dilma por manifestações país afora –, entrou com o pedido junto à administração municipal para que o prefeito cancelasse o tombamento do imóvel. “A casa é uma tapera, tem que pôr abaixo porque está caindo aos pedaços. Eu contesto o valor arquitetônico. Isso aí é só favorecimento, jogo de interesses. O prefeito foi o cabo eleitoral da Dilma na região toda e ela nunca fez nada pela cidade. Ela



Casa abrigou Odilon Silva e Anna Coimbra, avós maternos de Dilma, de 1938 a 1951, quando eles se mudaram para Belo Horizonte

THAÍSA OLIVEIRA

DISCÓRDIA

uma prefeitura no interior de Minas Gerais: abandonada há anos pelos seu único comprador e corre risco de seguir vazia

THAÍSA OLIVEIRA



Ex-presidentes que já haviam passado a casa de lado

não tem nada a ver com Uberaba”, justifica-se.

De acordo com a enquete feita pelo principal jornal do município, as ideias de Avelar eram reproduzidas em outros cantos da cidade: 88% dos uberabenses condenavam a compra do imóvel e o investimento de R\$ 270 mil para a aquisição da casa. “Eu, particularmente, acho um absurdo, e a população ficou indignada porque a cidade está precisando de basicamente tudo”, afirma um dos moradores, João Marcos Dias. “Acho que o prefeito quer aparecer. Tem muito mais coisa importante para fazer do que comprar um casarão velho onde a Dilma passou duas férias”, indigna-se o uberabense Reginaldo Suzumura. Para os R\$ 270 mil, segundo os moradores, não faltam prioridades. “As ruas estão todas remendadas e a cidade precisa investir em segurança. Há muitos assassinatos e roubos”, reflete Thatiane dos Reis. “Tá feita a coisa.” Diante de tantas críticas, o prefeito Paulo Piau voltou atrás em relação à

desapropriação. No texto em que comunicou a desistência na página oficial da administração no Facebook, a prefeitura afirmou que todos os municípios brasileiros estão buscando cortar gastos e que “a avaliação feita é que este não é momento para dar andamento a essa iniciativa”. Segundo o comunicado, a escola de artes será implantada em um “momento econômico mais adequado”. A porta-voz do prefeito, Keila Carvalho, argumenta que, além da situação financeira do município, o governo recuou porque a Justiça definiu uma nova reavaliação do imóvel. “Nós entendemos que o valor poderia subir e sabemos que R\$ 270 mil é o correto”, explica.

Na avaliação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do município, o fato de a casa estar fechada e abandonada há anos, sem conservação, exigiria em um processo de desapropriação obras como correção do reboco, reparação das trincas e fissuras, substituição do telhado, das calhas e bicas, da parte hidráulica e elétrica, recomposição das portas e janelas em madeira, além de pintura e restauração da fachada. A única conselheira do patrimônio contrária aos projetos de desapropriação e adaptação da casa, Marta Zednik, relata que o valor dos reparos sequer chegou a ser calculado. “A casa está muito acabada, ia se gastar um dinheiro absurdo.”

A vizinha de muro do imóvel Silene Lima conta que o terreno já apresentou focos de dengue e era ocupado por moradores em situação de rua até que, por iniciativa de um comércio adjacente, uma das entradas da casa foi tampada. “Por mim, derrubava isso tudo.” Por hora, Lima ainda vai precisar conviver com o imóvel abandonado. Como o bem foi tombado, derrubar a casa está fora das possibilidades, pelo menos pelos próximos meses, como especula o presidente do conselho do patrimônio Marcos Bilharinho: “Dizem que o custo de manter o bem tombado e restaurar é até três vezes

maior que o de reformar. Pelo menos por enquanto a prefeitura vai manter o tombamento, mas a família precisa demonstrar interesse”.

O engenheiro e memorialista João Eurípedes Sabino não vê muitas possibilidades para a casa. “Tombar um imóvel significa impossibilitar reforma e descaracterização. A casa fica inviabilizada para compra porque as pessoas pensam ‘se não posso mexer, não vou comprar’”, conjectura. Entre imobiliárias da cidade, não há dúvidas de que, com a desistência do prefeito, o casarão encardido perde também o único comprador. Os corretores de imóveis Emerenciana Costa e Davi Borges sustentam que, em meio à polêmica que

transformou a casa simples em discórdia na cidade, não há interessados dispostos a encerrar a briga.

A conselheira do Patrimônio Histórico Zednik sugere uma alternativa à venda. “Resta à família da Dilma manter o patrimônio e arcar com isso. Ela até pode fazer um memorial ou o quer que seja, mas bancando os custos”, defende. Não parece haver essa disposição na família. Odilon Silva Júnior, tio de Dilma, carrega o nome do pai, mas não demonstra muita simpatia pelo imóvel. Vive hoje em uma residência no Lago Sul, em Brasília, e não se mostra disposto nem a falar sobre o assunto. “Nunca nem morei lá. A única coisa que sei é que é a casa da minha mãe.” ♦

THAÍSA OLIVEIRA



Além de desembolsar R\$270 mil com a compra do imóvel, a prefeitura precisaria bancar também os custos com a restauração da casa

EDUCAÇÃO

CALOUROS NOVAMENTE

Número de estudantes de graduação com mais de 40 anos na UnB cresce 38,79% em 10 anos

MAYNA RUGGIERO

Com cabelos escuros e cercada de amigos, Adriana Costa caminha em direção ao Departamento de Letras da Universidade de Brasília. Aos 46 anos, a estudante, que voltou para a universidade depois de 22 anos, conta que se surpreendeu com a mudança no método de estudo dos alunos.

Para ela, a disposição dos professores da UnB mudou. Montar pastas com textos para os alunos ou encaminhar livros de domínio público pelo Dropbox e e-mail é um dos ganhos que a internet trouxe para o ensino. “Fico pensando em como conseguia estudar tanto só na biblioteca ou comprando livros”, lembra.

Segundo dados da Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) da UnB, existem hoje 1.059 alunos regulares com mais de 40 anos matriculados na graduação. Esse número representa um crescimento de mais de 38%, em relação a 2005. No Brasil, o Censo da Educação Superior de 2013 contabilizou que dentre os 7,3 milhões de estudantes matriculados em cursos de graduação do país, cerca de 696 mil possui mais de 40 anos.

Cursando o quinto semestre do curso de Letras Português, Adriana Costa também possui outro diploma em seu currículo. Formada em Direito, ela afirma não ter gostado da profissão de advogada, mas não se arrepende do aprendizado. “Só que o que eu faço hoje me deixa mais feliz”, ressalta.

Segundo ela, a profissão de professora sempre esteve no sangue. Aos 20 anos, Costa já ministrava aulas de inglês em uma escola de idiomas, mas a paixão pela língua portuguesa a fez buscar uma nova graduação. “O português foi sempre meu grande amor”.

Como aluna, ela aproveita as oportunidades para se inscrever em projetos de pesquisa, palestras, colóquios. “Adoro a semana universitária, participo e me inscrevo em cursos”, diz.

Quando questionada sobre possível preconceito em função da idade, Costa afirma nunca ter passado por situação

desconfortável. Para ela, a diversidade dos alunos da UnB é o que fez com que fizesse amizades. “Nunca senti qualquer distância ou condescendência de quem quer que seja”, afirma a graduanda.

Costa ainda afirma que o apoio da família foi fundamental nessa nova etapa de sua vida. Segundo ela, sua filha, Fernanda Costa, foi quem mais a motivou a buscar realizar seu sonho. “Ela disse: ‘Mãe, ninguém precisa saber que você vai fazer o vestibular. Se você passar a gente comemora e todo mundo vai ficar feliz’”, conta.

Já para Frederico Mourão, que cursa o terceiro semestre do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade de Brasília, a realidade é outra. Segundo o estudante de 42 anos, o descompasso com a turma mais jovem é grande e, por ser participativo e mais velho, sente olhares preconceituosos por parte dos demais alunos. “Eu acho que eu posso contribuir com a aula, apesar de sentir que me olham com cara feia quando eu levanto a mão”.

Para ele, a nova graduação é uma forma de complementar sua formação.

“Eu estava em busca de uma formação que me conferisse outras habilidades, principalmente na área da comunicação”. Mourão confessa não estar animado com o novo curso. “Não sei se vou me formar”, diz.

Aos 19 anos, Mourão ingressou na Universidade de Brasília como aluno e como profissional, admitido através de concurso de nível médio. Inicialmente

Dentre 7,3 milhões matriculados, 696 mil possui mais de 40 anos

cursou Engenharia Civil, mas, no sexto semestre, desistiu e mudou para o curso de Psicologia. Hoje, Mourão possui três graduações completas: Psicologia, Serviço Social e Contabilidade.

Mesmo tendo passado tanto tempo na academia, ele ressalta o caráter elitista que o ensino superior no país possui. Para ele, a universidade ainda é restritiva, uma vez que a maioria dos

cursos são diurnos, e os professores exigem dos alunos uma dedicação exclusiva para vida universitária. “Eu não tenho mais essa disponibilidade. Tenho que prestar contas”.

Com 47 anos e cursando o terceiro semestre de Fonoaudiologia, a artista cênica Alice Vasconcelos afirma que optou por arriscar a segunda graduação por conta da qualidade de vida. Agora que está se aposentando, Vasconcelos quer investir nos estudos e em uma carga horária reduzida.

Assim como Mourão, a estudante também sente que a universidade peca no quesito inclusão. Segundo ela, a jornada tripla – trabalho, filhos e faculdade – é puxada e para continuar com os estudos a saída foi reduzir a quantidade de disciplinas por semestre. “Falta compreensão dos professores”, afirma.

Vasconcelos, que atualmente trabalha em uma biblioteca, diz que a flexibilidade de horário que o atendimento em consultório permite é um ponto chave para sua mudança. A aluna ainda espera fazer mestrado e sonha em se graduar em Música. ♦

MAYNA RUGGIERO



Adriana Costa formou-se em Direito, mas sempre foi apaixonada pelo Português. Hoje cursa o quinto semestre de Letras na UnB e afirma que o apoio da família foi essencial para motivá-la a fazer o vestibular e realizar seu sonho

CONSUMIDOR

PLANO B

DF é uma das unidades federativas com maior número de reclamações contra as operadoras de saúde suplementar

ANA CAROLINA FONSECA

Em levantamento mensal feito pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Distrito Federal está sempre entre as unidades federativas com o maior número de reclamações registradas contra os planos de saúde: em setembro, foram 432 registros. O DF ficou na sexta colocação na lista. Em relação ao mesmo mês de 2014, o número representa um aumento de 13,98%. A ANS é responsável por regular a atuação dos planos de saúde e mediar a resolução de conflitos entre consumidor e empresa.

A professora e pesquisadora Marilene Sodário, do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências (FCE, da UnB), ressalta que o Distrito Federal ocupa essa posição porque concentra muitos planos de saúde. “Olhando a cobertura de planos de saúde no Brasil, o DF e outros poucos estados têm mais de 30% da população com planos”, explica. Em outras unidades federativas, a taxa pode ser tão baixa quanto 6%, de acordo com Sodário. Segundo dados da ANS, 19% da população brasileira tem contrato de plano de saúde.

Para a pesquisadora, os motivos são variados, mas a maioria das queixas a planos de saúde é por negativa de cobertura. “É quando um paciente pede um exame e é negado ou pede um especialista e tem a consulta negada”, diz Sodário. De acordo com a ANS, 56,25% das queixas registradas no DF são relativas à cobertura, 33% por contratos e o restante por mensalidades.

A jornalista Larissa Rodrigues, de 26 anos, e o marido Henrique Lemos, 27 anos, já registraram duas reclamações na ANS. A primeira, no ano passado, recebeu uma resposta em menos de dez dias. Eles não conseguiam encontrar um psicólogo que atendesse pelo plano, mesmo consultando o guia do plano de saúde. “Na primeira vez que tentei, o número tinha mudado; na segunda e na terceira, não atendiam mais o plano”, afirma Rodrigues.



A professora Marilene Araújo precisou mostrar a liminar no celular a funcionários de um hospital para conseguir atendimento para a filha

“Como eu sabia que cada plano é obrigado a ter pelo menos um profissional de cada especialidade, liguei para a ANS”, conta. Por telegrama, a Agência indicou uma clínica que contemplava o plano da jornalista. A segunda reclamação registrada pelo casal ainda não foi solucionada.

Na lista do Procon em relação ao ano passado, uma operadora de plano de saúde foi listada como a sexta empresa do Distrito Federal com menor número de resoluções de reclamações, com apenas 13% respondidas. Já no site Reclame Aqui, as empresas de plano de saúde do país inteiro acumularam 15.801 queixas em 2014.

“Os planos têm cobertura maior para consultas e microcirurgias”, afirma Sodário. A grande dificuldade está nos procedimentos de alto custo, como transplantes e tratamentos oncológicos. Nesses casos, muitos consumidores ainda precisam recorrer ao SUS. De acordo com a pesquisadora, aproximadamente 25% da população tem plano de saúde e, no entanto, quase 90% dos procedimentos de alto custo são realizados pelo SUS.

Foi o que aconteceu com a professora de ensino fundamental Marilene Araújo quando a filha Dayse, de 33 anos, foi diagnosticada com câncer no

colo do útero em julho. A jovem tinha contratado um plano de saúde pouco tempo antes de começar a sentir os sintomas da doença. Primeiro, recebeu o diagnóstico de anemia e, com mais exames, os médicos constataram a presença do tumor. Após ter o tratamento negado pelo plano devido à carência, a família procurou o SUS, mas descobriu que só conseguiria atendimento em três meses.

Marilene e a filha tentaram negociar com a operadora do plano durante três semanas, mas quando receberam a negação escrita do plano entraram com ação na Justiça. Em duas horas, a família conseguiu um mandato autorizando o tratamento pago pelo plano. Mesmo assim, tiveram dificuldade para realizar os primeiros procedimentos: na primeira ida ao hospital para uma transfusão de sangue, Dayse teve que mostrar a liminar do juiz, salva no celular. A família ainda conseguiu indenização de R\$ 8 mil reais por danos morais. “Mas o que queríamos mesmo era o tratamento”, diz Marilene. As últimas sessões de quimio e radioterapia foram realizadas na primeira semana de novembro.

No Brasil, há três grandes sistemas de saúde: o público (SUS), o privado (por pagamento direto) e a

saúde suplementar, os planos de saúde. “Eles não funcionam de maneira harmônica, são competitivos”, afirma Sodário. A pesquisadora explica que uma ferramenta muito utilizada pelo consumidor é o ressarcimento ao SUS, que ocorre quando o usuário de plano de saúde procura o tratamento na rede pública porque não teve cobertura reconhecida pelo plano. “Se o plano não libera a cirurgia, por exemplo, posso fazer pelo SUS e, pela lei, se o plano de saúde deveria cobrir o procedimento, então essa empresa recebe a conta depois.”

Sodário orienta beneficiários a procurar órgãos de defesa do consumidor, como o Procon. Ela ressalta que é importante observar o contrato antes de assinar, principalmente se é o plano individual. “Uma dificuldade é que a maior parte dos consumidores adquire o plano empresarial e o contrato não é assinado pelo funcionário, mas pela empresa”. Esse é o cenário mais comum no DF.

“É inegável a importância da ANS ao fazer o meio de campo entre o usuário do plano de saúde e a empresa”, diz Sodário. Mas, segundo a pesquisadora, a própria agência apresenta muita fragilidade: as últimas três nomeações para diretores incluíam ex-diretores de operadoras de planos de saúde. “Ainda temos no setor muitos interesses envolvidos e a dificuldade de operacionalizar o que é previsto em contrato”, afirma.

As reclamações na ANS pode ser feita pelo telefone 0800 7019656, por carta, pelo site ou em um dos escritórios da agência. ♦

RAPHAELE CAIXETA

NÚMERO DE RECLAMAÇÕES SETEMBRO DE 2015

1° SP: 6282	4° MG: 634
2° RJ: 2105	5° BA: 508
3° PE: 724	6° DF: 432

Fonte: Agência Nacional de Saúde Suplementar

SAÚDE

RISCO SILENCIOSO

A cada 100 pessoas que morrem devido a doenças cerebrovasculares, três têm menos de 40 anos

BEATRIZ QUEIROZ

Muita dor de cabeça foi o que levou a auxiliar administrativa do Ministério da Cultura Jéssica Torres ao hospital numa noite de domingo de outubro. Diagnosticada com enxaqueca, ela voltou para casa e continuou a sentir dor. Retornou ao hospital na segunda-feira de manhã e, após uma tomografia, descobriu que havia sofrido um Acidente Vascular Cerebral (AVC), popularmente conhecido como derrame. Ela perdeu a visão periférica do olho direito e teve sensibilidade à luz por pouco mais de uma semana.

O diagnóstico, comum em idosos (das 16 mil mortes ocorridas entre janeiro e agosto de 2015 por AVC, 82% são de pessoas que tinham de 60 a 80 anos), surpreende pela idade de Torres: 23 anos. Mas casos como esse não têm sido raros: a cada 100 pessoas que morrem devido a doenças cerebrovasculares, três têm menos de 40 anos, segundo o Ministério da Saúde. Para o Conselho Federal de Medicina (CFM), colesterol alto, hipertensão, obesidade e sedentarismo devem ser considerados como fatores de risco entre pessoas mais jovens.

Além deles, doenças cardíacas, problemas nas artérias carótidas e vertebrais e doenças hematológicas que aumentam o risco de formação de co-

águlos são apontadas como principais causas, explica o neurologista Arthur Sousa.

Nem sempre as causas são identificadas. A auxiliar administrativa conta que os médicos ainda não conseguiram saber os motivos do AVC que sofreu. Contudo, ela resolveu mudar alguns hábitos. “Eles não descobriram o que aconteceu, por isso ainda estou fazendo exames. O médico não pediu, mas parei de beber e como menos besteiras. Também farei alguma atividade física, porque sou muito sedentária”, explica.

Sousa lembra que ações como a de Torres são maneiras de prevenir o AVC. “Além de realizar atividades físicas regularmente e se alimentar de forma saudável, é indicado ter sono adequado e evitar fatores de risco, como tabagismo, uso de anticoncepcional oral e drogas ilícitas.”

As causas nem sempre são os hábitos. Marina Biscaro tinha 24 anos quando um cavernoma (espécie de má formação no cérebro) estourou. A jovem, que mora em Mogi das Cruzes (SP), teve paralisia no lado direito do corpo e contraiu distonia dois anos após o AVC, o que fez com que a língua dela parasse de se movimentar. Hoje, cinco anos após o ocorrido,



Ioneida Santos ainda tem sequelas motoras e psicológicas do AVC sofrido há dois anos. Ela relata que é difícil sorrir depois do ocorrido, mas busca apoio em pessoas que passaram por isso

Biscaro ainda não tem movimento na mão direita, mas consegue movimentar um pouco o pé. Como não consegue mexer a língua, ela também tem dificuldade para se comunicar.

Mas nada disso a impediu de continuar sua vida. Formada em Administração pela Universidade Federal de Lavras, cursa a segunda graduação em Serviço Social, trabalha na prefeitura de Mogi das Cruzes e ainda faz um estágio em um centro que trata pessoas em situação de rua. “Minha maior dificuldade é não mexer a mão, mas sou bem independente. Só tem uma coisa que lembro que não faço sozinha: cortar”, conta.

Diferente de Biscaro, a vendedora Ioneida Santos não conseguiu voltar ao seu trabalho antigo, porém não deixou de trabalhar. “Sou formada em Serviço Social, mas como perdi a habilidade com a mão esquerda e fiquei com a mobilidade reduzida, não consegui voltar ao trabalho. Aí meu pai abriu uma loja de doces para eu trabalhar, e estudo para concursos”.

Santos sofreu o AVC em 2013, quando tinha 39 anos. O diagnóstico mostrou que ela teve obstrução da veia carótida associada ao estresse e uso de anticoncepcional. Para ajudar a diminuir as sequelas motoras, ela conta que

além de trabalhar faz acupuntura, hidroginástica e pilates.

A vendedora explica que as maiores sequelas dela não foram físicas, e sim psicológicas. “Tive depressão e tomo medicamentos até hoje. Também participo de um grupo de sobreviventes de AVC que ajuda muito”, conta.

O grupo, intitulado AVC, reúne mais de 3 mil membros no Facebook. Com pessoas de todas as regiões do Brasil e diferentes idades, o grupo serve para que os pacientes e familiares possam contar as histórias que viveram, mostrar as superações e trocar experiências. Ioneida Santos conta que se sente útil conversando com as pessoas na rede social.

COMO RECONHECER

De acordo com o Conselho Federal de Medicina, existem algumas formas de verificar se a pessoa pode ter sofrido um AVC. Confira abaixo:

Peça que a pessoa sorria. Observe se há paralisia em dos lados e se o rosto está torto.

Peça que a pessoa levante ambos os braços. Observe qualquer limitação ou dificuldade motora no movimento.

Peça que repita uma simples frase como: o céu é azul. Atenção para dificuldade de fala e confusão mental. ♦

Sintomas

- Diminuição ou perda súbita da força na face, braço ou perna de um lado do corpo;
- Sensação de formigamento na face, braço ou perna de um lado do corpo;
- Perda súbita de visão em um olho ou nos dois olhos;
- Alteração aguda na fala, incluindo dificuldade para articular, expressar ou para compreender a linguagem;
- Instabilidade, vertigem súbita intensa e desequilíbrio associado a náuseas e vômitos.

Fonte: Conselho Federal de Medicina

Tipos

O AVC isquêmico é o tipo mais comum (85% dos casos) e ocorre quando um coágulo de sangue obstrui o fluxo sanguíneo de uma artéria cerebral levando a um infarto da região cerebral acometida.

Já o AVC hemorrágico (15% dos casos) ocorre quando uma artéria cerebral ou um aneurisma cerebral se rompem causando um sangramento. Esse sangue que foi derramado além de causar um aumento da pressão intracraniana, pode causar edema cerebral e lesão dos neurônios na região.

Fonte: Neurologista Arthur Sousa

CULTURA

OS TAMBORES DA VILA

Projeto cultural oferta aulas de jongo em área residencial. Moradores reclamam do barulho e relacionam as aulas a práticas religiosas

RAFAELLA PANCERI

Em uma esquina da Vila Telebrasília, dentro de uma casa com quintal amplo e pouco iluminado a cerca de 10 quilômetros do Plano Piloto, acontecem oficinas coletivas e gratuitas de jongo, ritmo afro-brasileiro que faz parte, junto com o maxixe, o lundu e outros, da base do samba. A dança é feita em roda com acompanhamento de tambores, um solista no centro e a eventual presença da umbigada, saudação em que o solista, com os braços esticados e os ombros para trás, encosta o umbigo na pessoa que vai substituí-lo na condução do ritual. Os participantes cantam em coro e encenam cortejos entre homem e mulher.

"Incomoda demais essa bateção de tambor a noite inteira"

Alguns vizinhos reconhecem a importância da iniciativa para a população da Vila Telebrasília e apoiam como podem, seja com participação ativa, seja com incentivo. Outros reclamam do barulho causado pelo bater de tambores, tocados por crianças e adultos de várias idades de segunda a sexta-feira, na sede do Projeto Cultural Waldir Azevedo. Vizinhos mais próximos que compartilham os muros de suas casas com a sede dizem preferir que as aulas aconteçam em outro local, pois a música continua em alto som após as 22h.

"Incomoda demais essa bateção de tambor a noite inteira. É uma 'gritaiada', que Deus me livre. Eu estou orando e pedindo a Deus para esse negócio sair daí", afirma Maurá de Deus, moradora da mesma rua onde acontecem as aulas. "Eles falam que ensinam a tocar violão, tambor, mas eu nunca vi um troço desse jeito. Parece que é um espiritismo, uma macumba", acrescenta. Para ela, as oficinas deveriam sair da área residencial. "Aqui você não assiste ao



LUDIMILA MAMEDES

Em Brasília não há mestres jongueiros. O projeto é a primeira manifestação do ritmo em formato de oficina coletiva na capital

Jornal Nacional, a uma novela, nada."

Outra vizinha, Maria Rute Borges, cuja casa fica ao lado da sede do projeto, afirma não ser contra a existência, mas à permanência das atividades no local. "Eu acho que eles não deveriam estar aqui. É um negócio muito bom para a comunidade, mas eu defendo que as aulas aconteçam, no máximo, até seis horas da tarde".

Ela também se queixa do barulho. "Aula de capoeira é ensurdecedor, por causa daqueles tambores, das músicas". Borges não se posiciona quando questionada se as aulas têm cunho reli-

gioso. "Capoeira, para mim, é um movimento negro. Eu não posso julgar. Não estou 24 horas olhando pela janela para ver o que eles estão fazendo".

O projeto Waldir Azevedo está em funcionamento há quatro anos e oferece aulas noturnas e gratuitas de capoeira de Angola, circo, teatro, orquestra de percussão, cavaquinho e jongo. Atualmente sem apoio do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), funcionando em área residencial, o projeto se mantém vivo por conta de doações e por iniciativa de seu idealizador, o músico Dudu Oliveira, e colaboradores.

LUDIMILA MAMEDES



Chamados de caxambu e candongueiro, os tambores são feitos com barris de cachaça ou vinho, da mesma forma como se fazia nos quilombos

JONGOS E JONGUEIROS

"É um trabalho de resistência", diz Dudu Oliveira, fundador do projeto cultural, ao falar do jongo. O ritmo musical envolve canto, dança, percussão e tem um quê de teatralidade. Durante a oficina acompanhada pela equipe do **Campus**, no começo de novembro, participantes de várias idades dançaram e cantaram melodias que relembram o sofrimento dos trabalhadores na lavoura. Apesar da exaustão, eles saudavam e festejavam os deuses em que acreditam e celebravam a alegria de estarem vivos.

Com ritmo cadenciado por tambores confeccionados especialmente para a prática do jongo, o caxambu e o candongueiro, os participantes "jongaram" com sorrisos nos lábios. As letras são extensas, o que pode intimidar os iniciantes, mas basta se concentrar e repetir o que o "mestre" canta. "Primeiro ensinamos o que é, para que as pessoas aprendam a gostar. Depois vem o aperfeiçoamento", explica Dudu Oliveira.

Trazido de Angola por africanos escravizados e praticado originalmente como expressão religiosa, o jongo se espalhou pela região do Vale do Paraíba, no sudeste do Brasil, e resistiu ao longo das décadas. Em Brasília, não há mestres jongueiros, a exemplo alguns do Rio de Janeiro e de São Paulo, que abraçaram e cultivaram a prática do ritmo. Hoje em dia, o jongo está presente na periferia de várias cidades desses estados e até em certas localidades do sul da Bahia.

Trazer o ritmo para a capital federal é uma maneira de divulgar a musicalidade e a tradição do jongo, mas também de praticá-lo de maneira independente. "Jongamos o jongo do cerrado", afirma o músico Apoena Machado, que conduz os encontros semanais há cerca de três meses. Diante dos comentários da população, Machado e Oliveira não se intimidam e pretendem continuar. "A música é a expressão mais fina da existência de Deus", diz Oliveira. ♦

UM PASSÉ NO PRECONCEITO

TATIANA VAZ

Como acontece em outros países, muitas famílias brasileiras não incentivam meninos a praticarem danças. Bailarinos contemporâneos, praticantes de danças de salão, e, principalmente, bailarinos clássicos enfrentam resistência e até preconceito, por parte de pessoas próximas, como amigos e familiares. Por isso, grande parte dos bailarinos brasileiros se iniciaram na dança durante a adolescência, quando já tem maior liberdade de escolha e maior autonomia.

Com João Paulo Sousa, de 27 anos, não foi diferente. Ele sempre gostou muito de toda forma de arte e já fez outras danças, como street dance e dança de salão, mas seus professores diziam que ele tinha jeito para o balé clássico. Procurou, então

uma academia especializada e hoje já contabiliza 10 anos como bailarino. Sousa conta que a mãe sempre o apoiou, mas o pai era resistente à ideia de o filho dançar balé, uma dança tida como majoritariamente feminina. Como seus amigos sempre foram artistas ou pessoas ligadas a arte e a dança, não sofreu preconceitos por parte deles. “Meus amigos sempre tiveram a mente aberta”, conta o bailarino.

Na adolescência, Sousa estudava em um colégio rígido e conservador, por isso evitava falar sobre a dança. “As pessoas têm um pouco de preconceito com o homem que dança, porque acham que isso tem a ver com a sexualidade”, diz. Ele conta também que as mulheres que dançavam eram bem aceitas, mas que os homens sempre eram olhados de forma diferente.

Negro e alto, uma aparência fora do estereótipo de bailarino, Sousa conta que as pessoas se assustam quando ele diz que dança. “O balé te dá a oportunidade de unir a parte física com a parte artística, de testar seus limites. É um esforço muito grande que o bailarino faz, é muito desafiante”, conta Sousa sobre sua relação com o balé.

Para Thomas Cortez, de 25 anos, foi um pouco diferente. Ainda na escola, ele trocou o inglês por aulas de dança sem o consentimento dos pais. Um dia, a mãe o viu entrando na aula de dança. Após o choque inicial, de conversas com os pais e algumas lágrimas, Cortez conta que a trajetória foi muito difícil, mas que os obstáculos nunca o fizeram desistir da dança.

TATIANA VAZ

Na escola, Cortez conta que era hostilizado pelos colegas, principalmente pelos meninos. Era comum ser chamado de “viadinho”. Apesar de tudo, ele sempre foi uma pessoa bem resolvida e nunca deixou as críticas e os comentários negativos o abalarem. Depois de um tempo, os xingamentos pararam.

João Oliveira, de apenas de 15 anos, já passou mais da metade de sua vida nos palcos e salas de balé. Bailarino desde os 6 anos de idade, Oliveira começou por vontade própria, um pouco influenciado por sua mãe, que também dançava.

O preconceito está muito ligado ao sexo: as meninas, na grande maioria, são mais tolerantes, aceitam e apoiam mais. Com Oliveira não foi diferente. Ele conta que os preconceitos e xingamentos que sofreu foram por parte dos meninos, colegas de escola.

Hoje, o adolescente é bem aceito entre os amigos, mas diz que nem sempre foi assim. “Já sofri preconceito algumas vezes, como quando me chamavam de menininha ou de bailarina, aí eu ficava bravo e batia neles. Às vezes, eu apanhava.” No começo, o pai do menino receava que o filho sofresse com esse preconceito, mas hoje ele perdeu o medo.

Carlos Andrade, de 18 anos é bailarino há apenas dois e é uma exceção. Andrade afirma que nunca sofreu nenhum tipo de preconceito nem foi hostilizado por causa da dança. A mãe do jovem nunca considerou matriculá-lo numa escola de balé. Ele entrou por vontade própria e por influência de amigos bailarinos. Quando contou que ia frequentar as aulas, os pais aceitaram sem nenhum problema, gostaram até da decisão.

Andrade conta que alguns amigos fazem piadas, mas é de brincadeira. No geral, eles gostam e sempre vão às apresentações. Hoje ele tem namorada e conta que a dança sempre foi um atrativo na hora de conhecer meninas. ♦



João Paulo Sousa (à esquerda), 27, evitava falar da dança no colégio, sofreu resistência do pai, mas teve apoio da mãe e amigos. João Oliveira (centro), 15, começou cedo, seguindo os passos da mãe, sofreu preconceito e agressão por parte dos colegas meninos de escola. Hoje diz ser bem aceito